



## Polícia Civil e desembargador de SP são alvos de botes

A Polícia Civil de São Paulo será o maior alvo do próximo bote da cobra. Delegacias do centro de São Paulo, da Baixada Santista e até o Instituto de Criminalística da Polícia Civil paulista estão na mira da Operação Anaconda. É o que se pode concluir após uma semana de investigação sobre os novos rumos da Anaconda.

Não escapam também — do próximo bote — policiais federais do Rio Grande do Sul, do Pará, um policial norte-americano, funcionários da Justiça Federal de São Paulo, policiais federais do Instituto Nacional de Criminalística, em Brasília (INC), e até um desembargador de São Paulo. Constam também denúncias de suposta corrupção fazendária em casos de contrabando de ouro da Suíça para São Paulo.

A revista **Consultor Jurídico**, de posse do relatório final da Operação Anaconda, checou com autoridades da Justiça, do MPF e da Polícia Federal quais os indícios de prova que serviriam para guiar os próximos passos da investigação.

O relatório final da Operação Anaconda, de 376 páginas, é assinado pelos delegados federais Élzio Vicente da Silva e Emmanuel Henrique Balduino de Oliveira. Embora o relatório final da Anaconda seja sigiloso, a revista **Consultor Jurídico** optou por publicar trechos de interesse público — baseada no seguinte despacho do ministro do STF, Celso de Mello:

“Constitui estranho paradoxo impor-se, na vigência de um regime que reclama transparência, a regra do silêncio obsequioso, transformando, perigosamente, em regra, o que deveria revestir-se de excepcionalidade absoluta. A publicidade representa, nesse contexto, uma norma básica das relações entre o Estado, seus agentes e a coletividade a que servem.

Se as declarações dos agentes públicos lesarem o patrimônio moral de terceiras pessoas, causando-lhes injusto gravame, torna-se evidente que, por tal ilícito comportamento, deverão responder aqueles que nele incidiram. Demais disso, e nos casos excepcionais de sigilo, se abuso houver — com a violação criminosa do dever de resguardar o sigilo funcional — por ele deverá responder o servidor público faltoso.”

### Os botes

Os trechos do relatório selecionados a seguir mostram pontualmente os novos botes da cobra. Por exemplo: quer-se saber agora qual seria o desembargador paulista que pediu ao delegado federal José Augusto Bellini um porte de arma federal. Bellini, o juiz federal João Carlos da Rocha Mattos, sua ex-mulher Norma Emilio e o ex-agente federal Cesar Herman Rodrigues estão presos sob acusação de constituírem uma suposta quadrilha de venda de sentenças.

Esses trechos guiarão as próximas investigações da Anaconda, em sete estados (incluindo São Paulo), a serem promovidas pelos Ministérios Públicos Estaduais: o que já é chamado de Anacondinhas.



---

Nas páginas 347 e 348 do dossiê consta o seguinte:

“Bellini liga para a Vera e explica que um desembargador amigo seu pediu para arranjar um Porte de Arma federal e amanhã (11 de junho de 2003) irão almoçar no Angélica, em seguida ele o leva até a loja da Vera e ela pode cobrar o que quiser dele que ele (Bellini) não vai querer nada. Bellini liga para a Vera diz que está com o desembargador e o amigo que pediu para arranjar um porte de arma federal e pede para Vera ir ao encontro deles no Angélica”

Os trechos que se seguem relatam indícios de crime atribuídos ao um delegado de polícia aposentado de São Paulo, identificado como Valci:

Vejamos a página 132:

“Valci (ex-delegado de polícia) liga para Bira e propõe um serviço para o mesmo em troca de uma comissão de 20%. Valci explica que uma empresa americana vai destituir seu presidente no Brasil e precisa de dois policiais para acompanhar os auditores e o novo presidente americanos. Em seguida conversam sobre a lotação de Bira e tempo de serviço na polícia. O teor da conversa mostra que, apesar de estar aposentado da polícia, Valci tem influência junto aos integrantes da instituição, usando-a para conseguir, de forma lícita ou ilícita, vantagens pessoais”.

As atividades de Valci continuam descritas à página 133:

“No mesmo dia Valci e Eder (escrivão de polícia) conversam sobre um boletim de ocorrência. Eder informa que já intimou a empresa para resolver o caso. Valci comenta que seus honorários devem ser inclusos no caso.

Valci e Carlos Alberto (delegado de Polícia) conversam sobre uma operação da Polícia Federal sobre uma fraude no sul em que estão envolvidos Paulo, Valdir e Pádua. Em certo trecho comentam estarem satisfeitos com o ocorrido, pois os envolvidos não quiseram confiar neles (Carlos Alberto e Valci). Comentam também que a Polícia Federal tomou quase três milhões “deles”.

Marco (provavelmente Marcos ou Marcão, empresário envolvido com contrabando de anabolizantes) liga procurando por Valci ou Arlindo. Ao ser informado por Rose que não se encontram, Marco Antônio conta que seu sócio Cláudio deixou alguns documentos no escritório de advocacia e pergunta se Rose pode entregar cópias. Rose responde que só pode fazer com autorização de Arlindo. Marco deixa seu telefone para contato.”

O tema anabolizantes prossegue na página 134:



“Sobre o assunto tratado entre Marco e Valci foram gravados dois diálogos em 28 de maio de 2002. No primeiro Valci e uma tal de Ângela conversam sobre informações de um agente federal e um delegado a respeito de cinco importações (de anabolizantes, oriundos da Espanha) feitas por Marco. Em outra, Valci pressiona Marco com ameaças de que o mesmo pode ser preso se não resolverem o caso.

Ao conversar com Wilson (provavelmente advogado, sobrinho de Valci), Valci revela que tem acesso ao computador da Polícia, bem como um informante, que lhe fornece todos os dados que precisa a respeito das pessoas. Mais adiante Valci e Wilson comentam que o negócio de “segurar” (possivelmente inquérito em delegacia) não funciona, pois se amanhã ocorre troca de delegado e escrivão, eles (Valci e Wilson) terão de pagar tudo de novo. Comentam também que se tiverem de pagar a cada vez que acontecer a troca de delegado e escrivão, o melhor seria para logo o auto de infração. Em seguida marcam um encontro com o “cara” para resolverem o caso (possivelmente alguém envolvido no crime)”.

Agora, contrabando internacional de ouro e corrupção fazendária, à página 135:

“Reinaldo fala para Valcir que pretende montar uma empresa para fabricação de outro para distribuição no mercado em larga escala. No decorrer da conversa Reinaldo fala de outro negócio, mencionando que tem empresas na Praça da Sé que devem ter “acerto” com o pessoal da Fazendária, pois não têm nota de nada e não recolhem nada, sendo tudo contrabando de ouro que corre solto. Revela que tem um cara forte na Sé, que é o “manda chuva” e ele manda buscar o ouro lá fora, na Suíça. Tem uns caras que viajam pra ele, o Vasco é o “bam bam bam” da Praça da Sé, essa loja é da irmã dele, a Mara.. Disse que seu irmão trabalhou lá, com ela, há uns quatro ou cinco anos e quando os caras aparecem lá ela manda chamá-lo e ele vem fazer o “acerto”, porque lá é tudo “embaçado” e de “mocó”, dentro da loja tem uma porrada de lugar. A mulher é muito forte, tem uns quatro ou cinco carros BMW, Mercedes..., essas coisas.

Valci e Robson (escrivão de polícia) tratam sobre o recebimento de um valor que segundo Valci “estava no papel e o papel é ruim” (talvez se referindo a um cheque) Valci informa que amanhã terá uma audiência com Orlando e estará na mão dele (Robson). Robson informa que a “mulher” não veio e irá meter uma segunda nela. Valci diz que Orlando fará virar e o pacote subirá amanhã. O pacote que se refere Valci possivelmente seja o valor em dinheiro pago aos policiais envolvidos no esquema de extorsão.”

Agora, na página 138, nomes da Polícia Civil paulista:

“Jorge Luiz comenta para César sobre um aperto que dera no delegado Paulo. Jorge diz que falou para Paulo que se o mesmo não tivesse satisfeito deveria passar para frente o “negócio” tendo o mesmo (Paulo) argumentando que “a coisa” não está fácil. Jorge diz também que disse para Paulo passar para o outro e encerrar, tendo o mesmo (Paulo) respondido que iria falar com Delair e Joãzinho. César diz que Paulo ligou para seu escritório. Em seguida conversam sobre “o negócio” do Edísio, de forma truncada.

Jorge Luiz informa a Arlindo que foi ao Deic e que as coisas estão melhores e andando mais sério. Acrescenta também que conversou com João e Paulo e que a situação melhorou”.



Agora, detalhes da atuação do grupo, acrescidas da presença de um norte-americano, às páginas 138 e 139:

“1-Sobre a conversa entre Jorge e Rui datada de 24 de junho de 2002, em que tratam de uma reunião com o Chefe de Polícia. Os diálogos entre Jorge e César revelam que Rui é um delegado do estado e que o chefe de polícia é um americano chamado Coulthard.

2- Sobre a conversa entre Jorge e César datada de 25 de junho de 2002 em que Jorge pede para César informar a Edísio que há “um pepino grande”, sem entrar em detalhes. Na mesma, César argumenta que ninguém vai contratar alguém sem saber do que se trata e Jorge comenta que a informação sobre o pedido de prisão de Edísio foi confiada e conseguida a peso de ouro. No diálogo de 24 de junho de 2002 Jorge Luiz já demonstra preocupação com a reunião entre César e Edísio. É provável que Edísio poderá ser mais uma vítima do “esquema” de extorsão praticado por Jorge e mais um de seus comparsas, César Herman Rodriguez, advogado”.

O grande número de chamadas e teor de algumas conversas vem corroborar com a suspeita de que César Herman Rodriguez seja mais um integrante da quadrilha de Jorge Luiz. Jorge Luiz conversa com MNI (Mulher não identificada) sobre um encontro em Porto Alegre. Em determinado trecho MNI pergunta se Jorge esteve com César. Jorge nega e diz que visitou Arlindo e depois pagou um jantar para um delegado que assumiu um cargo importante. Jorge Luiz comenta que está no Deic e depois irá à Federal convidar o referido delegado para outro jantar”.

Na página 141, mais nomes do Deic de São Paulo:

“Jorge Luiz liga para João (provavelmente pessoa também conhecida por Joãozinho, integrante da Polícia Civil de São Paulo, lotado no Deic) e pergunta como vão as coisas. João fala que esteve intimando o resto do pessoal, estando tudo marcado para o dia 23, em virtude do processo original estar no Fórum. João avisa que “devastaram mais uma fera”, um escritório na avenida Paulista, e sugere irem lá pessoalmente. João comenta que um dos intimados se chama Rubens, advogado da paulista e doleiro, acrescentando que tal advogado foi quem fez a negociação. João diz ainda que não demora e “eles” procurarão Jorge. Este diz que está demorando muito. João tranquiliza dizendo que em mais alguns dias “eles” vão procurar Jorge, pois a vinda de (trecho ininteligível) está atingindo o objetivo”.

Nas páginas 141, ainda, e 142, mais nomes de membros da PF:

“O conteúdo da conversa de 11 minutos entre Dalmulin e Jorge Luiz mostra detalhes de um esquema de extorsão a sócios de uma cooperativa (possivelmente chamada Cotrel). O crime conta com a participação efetiva do delegado de Polícia Federal Mário e de uma pessoa chamada Clodoaldo. Na conversa Jorge Luiz diz que Mário irá pedir o apoio do Juiz e do Procurador. Jorge Luiz comenta também que precisam contratar ou fazer parceria com algum órgão público para agilizar a Justiça. Jorge Luiz diz ainda que o dossiê que tem nas mãos dá para colocar na cadeia Valdir, as duas filhas e a mulher, bem como Antônio de Pádua, o pai e a mãe, acrescentando que sua idéia é mandar Arlindo chamar alguns deles no escritório



(local onde trabalham Arlindo e Valcy) e propor uma composição, se não “eles” vão para a cadeia. Dalmolim diz que agora Jorge tem como barganhar. Jorge comenta que ele (referindo-se possivelmente a Mário) tinha tudo guardado na delegacia e não tinham visto, alegando que foi lá, viu tudo e agora está tranquilo”.

Mais policiais civis de São Paulo na página 147:

“Valci e Valdemar conversam sobre um “acerto” com os investigadores Ivan e Marcelo. Tal acerto foi proposto por Valci para liberação de uma carga apreendida (12 a 14 toneladas), que seria destinada a Valdemar. Valci comenta que os policiais queriam receber R\$ 50 mil para liberar a mercadoria que vale R\$ 20 mil. Valci diz que ofereceu R\$ 3 mil, mas um investigador não aceitou, alegando que teria que dividir o dinheiro entre o delegado titular, o delegado assistente, o chefe dos investigadores, o chefe do cartório e a equipe.

Valdemar informa a Valci que havia levado R\$ 10 mil naquela data e ainda teria de levar mais R\$ 5 mil para “resolver” o caso com os policiais. Valdemar acrescenta que teria em mãos um trunfo, para o caso dos investigadores “apontarem algum outro fato”.

Nas páginas 148 e 149, menções a peritos criminais, federais e estaduais:

“Jorge Luiz liga para Lourenço (possivelmente integrante da Polícia Federal) e pergunta se o mesmo falou com Caetano a respeito de um laudo. Lourenço diz que não conseguiu falar com Caetano, mas que já falou com outros três, Paulo, Alves, antigo no INC, e Corsino, sendo que todos procuraram o laudo e não encontraram. Jorge Luiz pergunta se há algum perito aposentado fazendo “bico”. Lourenço diz que há Onório e Valmir. Jorge Luiz pede para Lourenço passar o número de seu telefone para Valmir.

Clóvis do IC (possivelmente Instituto de Criminalística da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo) liga para Valcy e informa que um laudo está pronto, acrescentando que uma diferença é de 80 mil. Em seguida Clóvis e Valci discutem acerca de valores que deveriam constar do laudo. Clóvis cita que Roberto (perito-chefe da Polícia Civil de São Paulo considerou também duplicatas de 5 e 7 mil. Em determinado trecho Valci pergunta a Clóvis se uma parte (provavelmente de uma documentação) mostrada ao segundo quando o primeiro estava acompanhado de João, não poderia ser mencionada. Clóvis responde afirmando que 5 mil era pouco. Valcy pergunta se Clóvis não lembra que ele (João) falou que somando a diferença poderia chegar a 200.”

Na página 152 surge o nome do Garra, grupo de elite da Polícia Civil de São Paulo:

“Valci e um policial (não identificado) conversam sobre uma apreensão de caixas de palmito, feita pelo Garra, onde parte da mercadoria, do total de trinta caixas, está desprovida de nota fiscal. Em seguida, o diálogo continua com o delegado Marcelo, onde discutem a melhor maneira de proceder a autuação. No diálogo Valci orienta Marcelo a procurar um fiscal da área para proceder a autuação fiscal da mercadoria, para que em seguida seja recolhido do banco o valor do imposto sonegado, tornando assim, extinta a punibilidade do infrator e o mesmo não será preso.

Valci e um escrivão chamado Flores conversaram sobre o inquérito 1893/2002, que apura crime de



homicídio. No diálogo Flores diz que a equipe de Valci assumiu o caso e comenta que isso é bom, pois Valci já vai no lugar certo. A conversa segue com Flores revelando mais detalhes sobre o inquérito. No final, Valci e Flores conversam sobre as mudanças na Fazendária e comentam a saída dos policiais Vulcano, Aderbal, Dr. Rubens e Dr. Edson entre outros. Valci diz que o negócio estava muito “escrachado” e que todo mundo comentava os fatos, acrescentando que o Ministério Público pegou o chefe dos policiais do Primeiro DP e outro policial fazendo um acerto com um criminoso que adulterava combustível.”

Um delegado federal aparece na página 153:

“Jorge Luiz liga para o telefone celular de Pantoja e demonstrando certa intimidade comenta sobre um encontro amoroso. Em seguida Jorge Luiz pergunta se Pantoja (possivelmente delegado de Polícia Federal ) fez o despacho prometido. Pantoja responde que o despacho já foi feito e inquérito relatado. Jorge Luiz solicita o envio, via fax, de cópia do referido documento. Pantoja diz que o inquérito já foi remetido para o juízo e por isso não sabe informar se ficou cópia na delegacia, tecendo, ao final, o seguinte comentário: “mas o despacho ficou daquele jeito mesmo. Né? Entendeu...É... Ponderando os argumentos oferecidos eu determinei que fosse oficiado ao INI. Né? Pra não...Pra desconsiderar o indiciamento dele”.

Nas páginas 170 e 172, muitas menções do Deic de São Paulo:

“César Herman liga para Paulo (integrante do DEIC de São Paulo) e informa que “o pessoal do mercado” pediu uma reunião e “eles” (provavelmente representantes da empresa não “deram bola”. Paulo pergunta se foram os amigos do César (possivelmente Janja e D Ângelo) que pediram uma reunião. César responde esclarecendo que quem pediu uma reunião foi o pessoal do mercado que recebeu cheques “da empresa”. Paulo diz que a ligação está ruim e avisa que ligará mais tarde.

Arlindo liga para Valci e conversam inicialmente sobre a organização do escritório. Em seguida Arlindo pergunta sobre as informações do DEIC sobre cheques no caso de Jorge Luiz. Valci diz que o cheque foi descontado com um doleiro, portanto lavagem de dinheiro. Arlindo, em tom de desabafo, diz que vai falar para Jorge Luiz que Valci foi lá (ao Deic) e fez com que as portas se abrissem (conseguiu a colaboração de policiais) Arlindo comenta que Jorge Luiz reclamou “do inquérito” (possivelmente o inquérito instaurado no Deic contra a Cotrelz). Arlindo faz o seguinte comentário: “Pó, você não paga os caras, você quer o que?” (provavelmente se referindo a promessa de pagamento de propina feita por Jorge Luiz aos policiais do Deic). Logo após, Valci e Arlindo passam a conversar sobre o caso de Youssef, em que os fiscais deixariam de fazer a autuação de R\$ 270 mil mediante pagamento de R\$ 60 mil aos mesmos. Valcy diz que o cara (Youssef) quer pagar R\$ 5 mil. Arlindo diz que se for aberto o inquérito eles poderão cobrar R\$ 20 mil pela defesa e os fiscais não vão levar nada. Arlindo diz ainda que poderão oferecer R\$ 2 mil ao escrivão para não indiciarem ficarem com o resto”.

Campanhas políticas e desvios de verba aparecem na página 173:

“Valci liga para o advogado José (Mineirinho, ex-policia civil) e ambos conversam sobre assuntos de



trabalho. Em seguida Mineirinho pergunta se Valci conhece algum gerente do Banco do Brasil, pois tem a proposta de negócio sobre desvio de dinheiro de campanha política de Brasília. Mineirinho comenta que está com os números e os saldos “das contas da campanha”, acrescentando que o pessoal está desviando, mas não tem experiência, pois desviam para fazer a operação. Mineirinho comenta também que há contas com valores de um milhão, dois milhões, quatorze milhões e que setenta por cento ficaria com “eles” e trinta por cento para os intermediários, ou seja Mineirinho, Valci e o gerente. Mineirinho comenta ainda que não há problemas, pois as contas são frias, pertencentes a fantasmas.”

Uma suposta informante de Cesar Herman na PF aparece à página 187, num suposto esquema de “desmontar” ameaças contra um prefeito da Grande São Paulo:

“César Herman liga para Silvinha (agente de Polícia Federal) e informa o número de três telefones celulares cujos dados cadastrais serão levantados pela mesma. César Herman pergunta se Silvinha está conseguindo pegar as três últimas contas. Silvinha responde que sua senha não dá acesso, mas sabe quem pode conseguir. César Herman pede para Silvinha levantar se possível, além dos dados cadastrais, as chamadas efetuadas e recebidas. Silvinha diz que já pediu esse tipo de informação e não conseguiu. Silvinha comenta que ficou explícito em ofício que as chamadas efetuadas e recebidas dependem de outra autorização judicial.

César Herman liga para Caled e informa que está conseguindo levantar os dados cadastrais dos proprietários de celulares de forma oficial e que dentro de no máximo vinte minutos tem os resultados. César Herman diz também que vai informar no seu relatório que a solicitação é devido a ameaças ao Prefeito de Cotia e aos seus familiares.”

Na mesma página prossegue diálogo entre delegados, civis e federais, e Bellini, tratando da absolvição de Bellini num inquérito. “Bertin” é o ex-delegado corregedor da PF em São Paulo:

“HNI (provavelmente Naisser) liga para Belline com o objetivo de saber se é Primeiro Distrito Policial de Santos ou de São Vicente. Belline informa que é Primeiro DP de São Vicente e o delegado titular é o dr. Niemer. HNI diz que Rui escreveu Santos. Belline orienta HNI a ir ao Primeiro DP de São Vicente, pegar cópia do inquérito e entregá-lo.

No mesmo arquivo de áudio consta um segundo diálogo entre Belline e Bertin. Bertin liga para Belline e avisa que o negócio de Santos chegou às suas mãos, de volta. Belline pergunta o que chegou. Bertin responde que o procedimento que iam abrir contra o mesmo em Santos. Bertin explica que quem ia abrir em Santos era o Ariovaldo, que foi contra tudo que foi decidido pelo disciplinar e pelo corregedor Rodnei e mandou instaurar PD. Bertin diz que conseguiu que o procedimento volte para uma outra análise e “nós” vamos instaurar sindicância a apurar., Bertin explica que não vai nome, não vai nada. Belline diz que falou com o “Guerrinha”, e amanhã está chegando o inquérito que eles fizeram. Bertin pergunta o que deu. Belline diz que vai entregá-lo. Belline diz também que vai mandar para Bertin o que ele ia mandar para o Ministério Público e para a polícia, acrescentando que o da Polícia vai deixar quieto. Bertin concorda dizendo que não precisa nem provocar, pois ele já sanou. Bertin diz que vai ficar apenas uma sindicância a apurar, sem nome.”

#### **Date Created**

09/02/2004